

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: O PAPEL DA ESCOLA NO ACOLHIMENTO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: THE ROLE OF THE SCHOOL IN WELCOMING STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

Maria Mirele Alves Medeiros¹

Wesley Willames Cirino Oliveira²

Resumo: O presente trabalho busca apresentar os desafios impostos as instituições de ensino que buscam se adequar as necessidades de aprendizagens dos alunos portadores de necessidades especiais. Uma educação especial e inclusiva que vise o desenvolvimento das múltiplas habilidades por meio de inovações e de práticas pedagógicas inclusivas. Onde é necessário a implantação de políticas públicas dentro e fora do ambiente escolar que venham a dar suporte ao processo de inserção desses alunos nas turmas regular de ensino, como por direito, bem como o acompanhamento individual e especializado para que possam desenvolver suas potencialidades. Salientam-se aqui, as lutas e conquistas que perpassam a história dessas pessoas que tanto buscam pelos seus direitos, tendo a validade do processo de mudança que se faz necessária na busca de uma educação significativa. Assim, o objetivo desse trabalho tem por fundamento, apresentar o papel da escola como espaço inclusivo que aproxima, que respeita e acolhe as diferenças, onde é preciso subsidiar recursos necessários para o aprimoramento de novas práticas, com profissionais capacitados, uma educação inclusiva que atenda os alunos em sua totalidade, desde os recursos físicos, ressaltando a própria estrutura escolar, a materiais didáticos específicos e os diversos recursos que venham dá suporte a esse processo.

1 Graduada em Letras pela Faculdade do Sertão do Pajeú - FASP e pós-graduada Português/ Inglês e Alfabetização e Letramento pela Faculdade Domínios- FAD

2 Graduado em Matemática pela Faculdade do Sertão do Pajeú - FASP e em Pedagogia pela Faculdade Maciço de Baturité FMB e pós-graduado em metodologia do ensino da matemática e psicopedagogia clínica e institucional pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- FAVENI

Palavras chaves: Educação inclusiva. Mudança. Aluno. Escola.

Abstract: This paper aims to present the challenges imposed on educational institutions that seek to adapt to the learning needs of students with special needs. A special and inclusive education that aims at the development of multiple skills through innovations and inclusive pedagogical practices. Where it is necessary to implement public policies inside and outside the school environment that will support the process of inserting these students into regular education classes, as they have a right to, as well as individual and specialized monitoring so that they can develop their potential. Here, we highlight the struggles and achievements that permeate the history of these people who so much seek their rights, having the validity of the process of change that is necessary in the search for a meaningful education. Thus, the objective of this work is to present the role of the school as an inclusive space that brings together, respects and welcomes differences, where it is necessary to subsidize the necessary resources for the improvement of new practices, with trained professionals, an inclusive education that serves students in their entirety, from physical resources, highlighting the school structure itself, to specific teaching materials and the various resources that support this process.

Keywords: Inclusive education. Change. Student. School.

INTRODUÇÃO

Mediante o contexto histórico de lutas por igualdades sociais e condições para a conquista de direitos, o conceito de educação inclusiva passou a ser percebido de maneira ampliada, buscando compreender o sujeito de maneira integrada ao seu contexto social. Uma ação decorrente de lutas e manifestações de indivíduos ou grupos organizados em favor das pessoas com necessidades educacionais especiais, que buscavam a conquista de novos espaços na sociedade.

Gerenciar um âmbito educacional acolhedor e propício a atender as necessidades de aprendizagens são hoje, um dos grandes desafios de uma escola democrática. Pensar no plano da educação especial e inclusiva remete em grandes desafios, os quais cobram uma postura assídua dos diversos profissionais envolvidos no processo de educar. É preciso considerar que o gerenciamento escolar se torna um elemento fundamental para que o corpo docente, alunos e demais funcionários caminhem engajados e em harmonia, onde a educação seja pensada não só em plano curricular, mas em um processo de humanização, de respeito às diferenças e diversidades.

Dentro desse cenário é importante destacar o papel da escola nesse processo de acolher e integrar socialmente os alunos portadores de necessidades especiais, tendo em vista a importância de sua presença nas turmas regulares de ensino, bem como o acompanhamento especializado que venha potencializar e desenvolver novas habilidades. Tesini e Manzini (1999) “alertam que a inclusão envolve professores capacitados, uma pedagogia que se ajuste às necessidades de cada aluno e a definição de uma política que venha subsidiar princípios e práticas para as necessidades educativas especiais”. A escola como espaço formador deve subsidiar e dar oportunidades para que a educação aconteça, deve acolher a todos, desde a sua estrutura física, ao contexto pedagógico e social.

Diante disso, a problemática destacada neste trabalho norteia: o papel da escola na inserção de práticas voltadas ao acolhimento dos alunos portadores de necessidades especiais.

Logo, fica claro a importância de um plano de trabalho bem elaborado por parte das instituições de ensino, tendo em vista a necessidade de propor uma educação de qualidade aos alunos portadores de necessidades especiais, onde é preciso considerar não só um espaço físico adequado, mas pensar os meios para que a aprendizagem aconteça, que recursos serão utilizados e ofertados e quais profissionais serão direcionados a executar as ações. Vale salientar também, a importância da assistência as famílias, as quais devem ser orientadas sobre como resguardar os direitos desses alunos com relação a uma educação de qualidade.

Assim, o objetivo geral desse trabalho tem por fundamento maior, apresentar o papel da escola no direcionamento de práticas que acolham os alunos com necessidades especiais através de

uma educação inclusiva. Tendo por seus objetivos específicos destacar a importância do educador e de sua formação continuada para que este possa proporcionar uma aprendizagem significativa, subsidiar a análise de políticas públicas dentro e fora da escola para a inserção dos alunos com necessidades especiais, destacar os direitos, garantias e ações que visem o acolhimento desses alunos no cenário educacional bem como explorar o contexto histórico e também social em que essas conquistas tiveram maior relevância.

Diante do exposto, fica claro a importância desse tema para o aprimoramento de novos conhecimentos, tendo em vista a importância da educação especial e inclusiva. Suscita-se aqui, o perfil da escola em direcionar ações que proporcione uma aprendizagem efetiva mediante cada necessidade apresentada, algo que vai muito além da matrícula desses alunos nas turmas regulares de ensino, sendo necessário uma preocupação maior em como essa educação será ofertada, que profissionais serão disponibilizados, quais materiais serão utilizados e ainda quais práticas e metodologias de ensino serão direcionados para que esses alunos desenvolvam suas potencialidades. Para Glat, Magalhães e Carneiro (1998) “a escola inclusiva apenas poderá se concretizar a partir de condições especiais de recursos humanos e pedagógicos”, logo é necessário validar os processos de aprendizagens baseados em cada dificuldade apresentada visando o aluno como ser social que aprende e se desenvolve, mas que acima de tudo merece respeito em sua individualidade.

Assim, a realização deste trabalho norteou-se por pesquisas exploratórias através de levantamento bibliográfico, discorrendo sobre informações relacionadas ao tema exposto, dando embasamento teórico para que as informações explicitadas sejam condizentes e relevantes para sua apresentação, avaliado à luz dos teóricos que trabalham os conceitos apresentados.

DESENVOLVIMENTO

Dentro do cenário atual de mudanças e transformações que perpassam as instituições de ensino, o termo inclusão educacional, abrange muito mais que o acolhimento obrigatório dos alunos

que possuem necessidades educacionais especiais, a preocupação maior do âmbito educacional está em como validar esse processo pra que a aprendizagem ocorra de maneira efetiva. A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, onde se pensa em um ambiente escolar favorável e acolhedor.

Uma educação inclusiva remete não somente em pensar em um plano curricular voltado a propostas de inserção dos alunos portadores de necessidades especiais, mas voltar-se a práticas de orientação a toda comunidade escolar sobre a importância de uma aprendizagem para todos sem nenhum tipo de discriminação. É preciso subsidiar políticas públicas dentro e fora da escola pra que esses alunos tenham seus direitos validados.

Para, Mantoan (2005):

Quando se trata de inclusão é importante considerar que não se trata apenas de se colocar dentro da escola rampas e banheiros adaptados, mas sim uma modificação nas práticas pedagógicas, com atividades e programas diversificados a fim de atender as potencialidades de cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem. Todos têm o direito a aprender e isso deve ser visto dentro da capacidade que cada sujeito apresenta, cada um têm as suas condições e isso deve sempre ser levado em consideração pela equipe escolar.

Logo, uma educação especial e inclusiva deve está pautada em propostas educacionais condizentes a realidade de cada aluno, com o intuito de desenvolver suas múltiplas potencialidades, respeitando seus limites. É preciso pensar não só na estrutura física da escola, ou como esta irá introduzir em seu currículo propostas de inclusão, sendo necessário apontar caminhos para que a educação realmente aconteça, investindo não só em salas de atendimentos multifuncionais, profissionais capacitados, pois acolher vai muito além do que se possa ofertar fisicamente ou materialmente, é preciso entender as diversas realidades e contexto em que esses alunos estão inseridos psicologicamente e até emocionalmente, desde sua família ao próprio grupo social a que pertence.

Assim, a inclusão requer mais do a que integração, esta deve esta pautada no respeito à

individualidade de cada um, considerando as necessidades e desejos apresentados pelos indivíduos com deficiência e a opinião da família em relação ao sujeito incluído. Logo, para obter a validade desse processo de inclusão dentro das instituições de ensino foram necessárias lutas e conquistas de políticas públicas pautadas em um plano político de importância para proporcionar uma educação especial e inclusiva, lutas essas que sempre serão objeto de grandes desafios a serem superados.

Segundo Chequim (2018), “a inclusão ocorre por meio de ações que contribuem de fato para o reconhecimento das pessoas com deficiência dentro das instituições de ensino”. Entre essas ações, pode-se considerar que as marcas desse processo estão refletidas nas conquistas desses direitos, como:

QUADRO (01): Evolução histórica sobre as conquistas dos alunos portadores de necessidades especiais:

<p>O início década de 90 foi marcado por grandes discussões a respeito da inclusão social e a concepção de uma educação inclusiva passou a ser vista como essencial nesse processo.</p>
<p><i>Os debates acerca dos direitos das pessoas com deficiência foram amplamente divulgados e firmados em vários documentos legais importantes, destacando-se a nova Constituição Federal do Brasil aprovada em 1988, a qual estabelecia o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.</i></p>
<p><i>A Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida na Tailândia em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.</i></p>
<p><i>O Plano Nacional de Educação para Todos (1990).</i></p>
<p><i>A Política Nacional de Educação Especial (1994)</i></p>
<p><i>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Por meio da LDB n.º 9394/96 a Educação Especial é concebida pela primeira vez como modalidade de ensino e ganha novas direções, tendo destaque sua oferta em todos os níveis da educação, passando a ser vista como integrante do contexto geral da educação e não paralela a ela e a redefinição de seu alunado, apontando-se para os alunos com necessidades especiais, retirando assim, a questão dos que se encontrava em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula.</i></p>
<p><i>A Declaração de Salamanca (Espanha, 2004), que trouxe enormes contribuições e influenciou na elaboração de políticas de educação inclusiva no Brasil. “Esses documentos têm como objetivo garantir o atendimento das necessidades de aprendizagem de todas as crianças e proporcionar a inserção da educação especial dentro da estrutura ampla da educação” (Sant’Ana, 2003).</i></p>

Mediante esse contexto, a Educação Especial assume um paradigma integrador, cuja principal contribuição visa acolher os alunos portadores de necessidades especiais para assim integrá-los na

sociedade, onde fica claro a necessidade de investir em políticas públicas que venham a dá suporte garantindo a direta efetivação desses direitos. A educação inclusiva deve ser colocada em pauta dentro do currículo de todas as instituições de ensino, esses marcos históricos devem estar em discussão para que o plano da educação realmente aconteça, que sejam visto como ponto de apoio para elaboração de propostas curriculares que visem os alunos portadores de necessidades especiais sob um plano de ensino de qualidade.

Para o Ministério da Educação e Cultura – MEC (1994):

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.

Diante do exposto, a educação deve estar pautada em valores humanos de igualdade, tendo em vista o contexto histórico/social de exclusão dos alunos portadores de necessidades especiais dentro e fora do âmbito escolar. Ao reconhecer essa defasagem a instituição de ensino deve propor ações de orientação a toda comunidade escolar, visando à integração desses alunos, pensando em plano curricular que atenda às necessidades de aprendizagem. O aluno portador de necessidades educacionais especiais precisa conviver e se relacionar com os demais, precisa se sentir acolhido e integrado ao grupo, mas também precisa ser visto em sua individualidade para que possa desenvolver suas potencialidades.

Logo, pensar em um plano curricular que atenda e acolha cada aluno em sua individualidade é tarefa não só do gestor ao gerenciar uma escola, mas de toda equipe e comunidade escolar. Sartoretto

(2001) “compreende a educação inclusiva como um processo amplo de reforma do sistema escolar”. Assim, o plano da educação inclusiva vai desde a estrutura física da escola, a salas de atendimentos multifuncionais, equipamentos e materiais pedagógicos, profissionais capacitados a propostas pedagógicas que façam sentido e desenvolva as múltiplas habilidades desses alunos que possuem uma necessidade de atenção maior ao seu processo de aprendizagem.

No entanto, é preciso ressaltar que a realidade de muitas escolas é a de não possuir uma educação especial inclusiva por falta de recursos, de investimento e de políticas públicas efetivadas para subsidiar esse processo de inclusão. Mesmo diante de conquistas, de leis que acobertam e dão suporte para essa inserção, a realidade é que muitos alunos portadores de necessidades especiais são matriculados nas turmas regulares de ensino e são tidos apenas como mais um número do diário de classe do professor.

Segundo Ministério da Educação e Cultura – MEC (2001):

Incluir um aluno na escola regular vai muito além de permitir a frequência e participação do mesmo nas aulas sem dá-lo condições para aprender. A inclusão requer participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, socialização e vivência. Para que isto ocorra de forma efetiva é necessário que a escola se organize funcionalmente e estruturalmente para receber este aluno e incluí-lo. O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos, promovendo oportunidades que se adéquem as habilidades e interesses diferenciado na intenção de promover a inclusão de todos. Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo.

Logo, fica claro que muitas vezes a efetivação de uma educação especial inclusiva deixa de acontecer por falta de ações da própria escola ao deixar de buscar os recursos necessários para a real efetivação desse processo, ou até por parte dos governos em se fazer cumprir a lei que garante o real

direito desses alunos em ter uma educação de qualidade, e ainda por parte da própria família e da sociedade quando deixam de cobrar esse direcionamento por parte dos responsáveis.

A figura a seguir mostra como se dá esse processo de exclusão, segregação, integração e inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais dentro das instituições de ensino e da própria sociedade.

Figura 1 – Evolução das práticas de inclusão de PNE's na sociedade:



Fonte: Filosofia Hoje, 2016.

Diante do exposto, faz-se necessário uma reflexão maior em torno desse contexto histórico de evolução quanto à inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais na sociedade e no ambiente escolar. O maior desafio das instituições de ensino está em desmistificar esse processo de acolhimento desses alunos que sofreram e sofrem com a segregação dos seus direitos. O acesso à

escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação dos saberes e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação.

Tendo por base essa evolução, é possível analisar no quadro acima as diversas fases do processo desde a exclusão a inclusão desses alunos no cenário educacional e social. Ficando claro que o processo de exclusão é marcado por falta de oportunidades, discriminações e rotulações, um processo onde não há empatia ou respeito ao direito do outro. Já ao analisamos o processo de segregação este se dá pela divisão de grupos, um processo de dissociação, onde os alunos portadores de necessidades especiais não se misturam com os demais e seu convívio é rotulado e marcado por preconceitos, diferente da integração que é marcada por mudanças ocorridas no cenário sócio/cultural e a conquista de direitos onde observamos que o modelo de “integração” mostra que o aluno estava integrado no ambiente escolar, mas sem interação com os demais. Segundo Fonseca (1995), “só se pode falar de integração quando há uma efetiva interação entre deficientes e não deficientes”. Os programas de ensino especial devem estar compatibilizados com os do ensino regular; fazendo-se necessário o convívio entre alunos, professores e demais profissionais da escola; e a participação da família é importante nesse processo. A real integração é um processo complexo que envolve a adaptação de todas as partes: população geral, profissionais, familiares e a própria pessoa a ser integrada para que só assim venha acontecer o processo de inclusão onde todos convivem em pé de igualdade, onde as oportunidades são de todos e para todos. No modelo de escola democrática e inclusiva Gotti (1998) destaca que “a inclusão escolar é um novo marco conceitual e ideológico, o qual precisa envolver políticas, serviços sociais e comunidade, implicando considerar, aceitar e reconhecer a diversidade na vida e na sociedade”. Logo, fica claro a importância da análise desses processos para compreendermos melhor quais métodos utilizar para não somente integrar, mas incluir todos os alunos portadores de necessidades especiais no ambiente escolar de maneira em que não se sintam excluídos ou segregados.

Logo, o papel da escola no acolhimento dos alunos com necessidades especiais vai muito além da matrícula, de propostas curriculares de ensino, ou até mesmo de subsidiar recursos para que a aprendizagem se efetive, é preciso investir também na formação continuada dos educadores,

no processo de conscientização de toda comunidade escolar sobre a consolidação dos direitos desse público que é tão fragilizado e que merece uma atenção especial. Acolher significa muito mais que disponibilizar uma vaga ou uma carteira em sala de aula é preciso direcionar estratégias que acolham esses alunos em sua integridade: física, moral, intelectual e em seu processo de socialização.

A escola em parceria com as famílias e a sociedade devem buscar a concretização dos direitos que já foram adquiridos, mas que na maioria das vezes é sonogado por políticas de discriminação.

Segundo, Duarte (2018).

Ás políticas públicas promovem a garantia de espaço para que os alunos com deficiência possam demonstrar as suas potencialidades e os seus talentos, especialmente nas áreas em que possuem maior desenvolvimento. A partir disso, o deficiente poderá encontrar uma maneira de ser visto enquanto sujeito integral, para além da deficiência.

Dentro desse contexto todos acabam desenvolvendo novas concepções de como o processo de inclusão é importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o aluno com necessidades de educação especial terá oportunidade de se preparar para a vida em sociedade, os educadores por sua vez terão a oportunidade de melhorar e aperfeiçoar novas práticas de ensino e a sociedade acabando por funcionar de maneira mais consciente de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas.

Destaca-se que a escola deve cumprir com sua função social, e para isso é preciso o empenho de todos que estão envolvidos nesse processo, desde as famílias a própria comunidade escolar. As ações voltadas ao plano da educação inclusiva devem estar em pauta dentro da proposta curricular, onde a escola juntamente com a família e a sociedade devem cobrar dos sistemas políticos a validação dos direitos adquiridos pelos alunos que apresentam necessidades especiais e essas ações devem promover à inclusão desses alunos dentro de um plano de ensino que seja significativo ao seu processo de aprendizagem.

CONCLUSÃO

Diante do exposto nesse estudo, foi possível compreender a importância da escola e sua função no processo de acolhimento dos alunos portadores de necessidades especiais, ressaltando historicamente as lutas e conquistas de direitos, bem como a importância da validação das políticas públicas que dão suporte para que haja a garantia dessa igualdade.

Através de uma abordagem qualitativa buscou-se relatar a função das instituições de ensino ao propor uma educação inclusiva, algo que vai muito além da própria estrutura física da escola passando reformas dos sistemas de ensino e da própria grade curricular, buscando a efetivação desses direitos ao proporcionar uma educação significativa e inclusiva com profissionais capacitados, práticas pedagógicas que venham a potencializar o desenvolvimento das habilidades desses educandos e até ações de orientação as famílias e a toda comunidade escolar sobre a importância do processo de inclusão.

Suscitam-se através de relatos históricos as conquistas dos alunos portadores de necessidades especiais, a evolução na busca desses direitos e a importância da validação na aquisição dos mesmos para que não se percam, para que o processo de segregação e exclusão não ganhe espaço no ambiente escolar, onde é preciso incluir e adotar práticas e ações que valorizam esses alunos em sua integridade física, psicológica, emocional e também social.

Assim, o objetivo maior desse trabalho visa mostrar a importância desse tema nos dias de hoje, algo que deveria ser pauta de orgulho quanto à efetivação dos direitos já adquiridos pelos alunos portadores de necessidades especiais, mas que ainda é algo a ser mencionado e discutido tendo em vista que uma educação especial e inclusiva é o grande desafio das instituições de ensino, onde a efetiva matrícula desses alunos nas turmas regulares deixa de ser um processo de inclusão quando esse aluno é tido apenas como mais um número no diário de classe do professor onde incluir é acolher no seu sentido mais amplo, é perceber o aluno em sua individualidade, é respeitar cada limitação e ofertar a compreensão e o atendimento especial para que cada aluno possa desenvolver

suas potencialidades. A educação inclusiva é antes de tudo um processo de humanização, de respeito e acolhimento a cada aluno e a história de vida que cada um trás como bagagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CHEQUIM, Caroline Corrêa Fortes. Psicologia e a pessoa com deficiência: O direito à inclusão. [S. l.], p. 15, 2018.

DUARTE, Daiane. Psicologia e a pessoa com deficiência: O conceito de deficiência. [S. l.], p. 15, jul. 2018.

FILOSOFIA HOJE. Inclusão social de pessoas com necessidades especiais. 2016.

FONSECA, V. (1995). Educação Especial: programa de estimulação precoce. Uma introdução às idéias de Feurstein. Porto Alegre: Artes Médicas.

GLAT, R., Magalhães, E. F. C. B. de & Carneiro, R. (1998). Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva. Em M. C. Marquezine; M. A. Almeida; E. D. O. Tanaka; N. N. R. Mori & E. M. Shimazaki (Orgs.), Perspectivas multidisciplinares em educação especial (pp. 373 - 378) Londrina: Ed. UEL.

GOTTI, M. O. (1998). Integração e Inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Em M. C. Marquezine; M. A. Almeida; E. D. O. Tanaka; N. N. R. Mori & E. M. Shimazaki (Orgs.), Perspectivas multidisciplinares em educação especial (pp. 365 – 372) Londrina: Ed. UEL.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2005

_____ A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 1994.

SANT'ANA, I. M. (2003). Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.

SARTORETTO, M L. M. (2001). Uma conquista de pais, professores e alunos. Em M. T. E. Mantoan (Org.), Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras (pp. 95-134) São Paulo: Memnon.

Tesini, S. F. & Manzini, E. J. (1999). Perspectivas de professores que trabalham com deficientes mentais sobre a proposta de inclusão na rede oficial de ensino. Em E.J. Manzini (Org.). Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica (pp.85-96) Marília: UNESP